

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
TERRITÓRIO – POSPGT

Maira Begalli – 14006213
setembro/2013

Caracterização do Sistema SocioEcológico do distrito do Riacho Grande, São Bernardo do Campo – SP.

RESUMO

O presente trabalho caracterizará o sistema socioecológico do distrito do Riacho Grande, localizado no município de São Bernardo do Campo, região do ABC do estado de São Paulo. Para isso, apresentará o histórico da região, o perfil da população local assim como suas principais demandas e carências. Também relatará informações sobre a diversidade biológica, a influência antrópica no ecossistema local, assim como os principais desafios a serem superados na localidade.

Palavras-chaves: sistema socioecológico, manejo ecológico, Riacho Grande, São Bernardo do Campo, Brasil.

Introdução

Devido a intensificação da degradação e dos impactos sofridos pelos ecossistemas naturais nas últimas décadas, por conta das ações antrópicas realizadas em larga escala, pesquisadores de diferentes localidades e áreas do conhecimento estão buscando soluções integradas em prol da sustentabilidade, envolvendo propostas que considerem a dinâmica de pessoas em seus diferentes meios. Segundo Holling (1998), a integração dos sistemas ecológicos e de população humanas é denominada como “Sistema SocioEcológico - SSE”. Ao analisarmos um SSE é possível interpretar o funcionamento integrado de componentes de uma determinada região, assim como sua conexão e interferência com áreas e ecossistemas maiores.

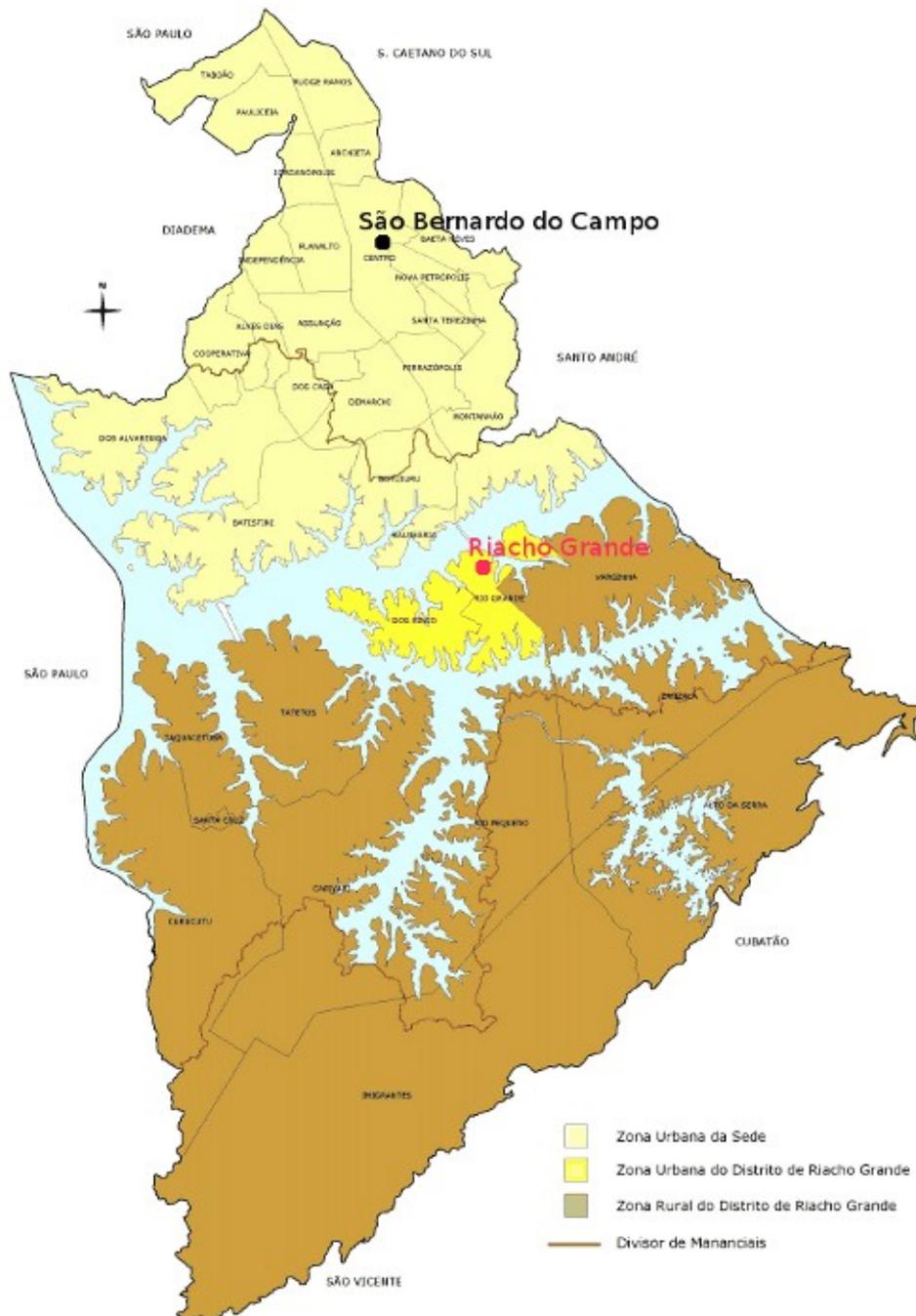
Nesse sentido, uma unidade distrital pode ser considerada como uma célula de um sistema urbano, social e ecológico, pois consiste em uma divisão territorial que exerce atividades administrativas, judiciais, fiscais, políticas e sanitárias, tanto nos níveis federais como municipais. No Brasil, um distrito municipal é uma unidade administrativa de uma cidade, e o Distrito Federal é a sede do governo central da república federativa (Ferreira, 2009). Os distritos municipais são submetidos aos poderes da prefeitura onde encontram-se sediados, neles o poder político executivo é exclusivo do prefeito – sendo que os subprefeitos são indicados em cargos de confiança. Os distritos municipais podem ser subdivididos em bairros e vilas, além de contar com subprefeituras ou administrações regionais. Esse modelo teve origem no período colonial, como uma forma de divisão e administração de localidades afastadas da área urbana principal (Monastiky *et al.*, 2009).

Riacho Grande é distrito do município de São Bernardo do Campo, e encontra-se localizado na Região do Grande ABC, no setor sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, a maior do país. Mais da metade de seu território encontra-se em Área de Proteção de Mananciais, sendo 18,6% dele correspondente a Represa Billings. Ao contrário dos objetivos iniciais das limitações da legislação de proteção, as diretrizes estabelecidas tiveram como impacto uma intensa ocupação irregular, principalmente por causa dos loteamentos para populações de baixa renda (Rolnik & Somekh, 2002). A grande disponibilidade de cursos d'água no entorno do subdistrito do Riacho Grande, assim como a sua localização em uma área de alta diversidade biológica (figura 1), pode ser considerada um fator positivo para a manutenção de ecossistemas aquáticos e também para a prestação de serviços ambientais. Os rios são importantes corredores biológicos que permitem a circulação de fauna e flora no interior das cidades (Costa, 2006). A localidade também possui um amplo campo para pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Entretanto, Riacho Grande cristaliza conflitos acerca dos usos e ocupação em seu SSE, apresentando cenários e históricos complexos que envolvem a falta de planejamento urbano e do manejo ecológico adequado.

Distribuição e Aspectos Territoriais

Riacho Grande localiza-se a 23° 46' 40" S e 46° 31' 42" W (Open Street Map, 2013). Sua via de acesso principal encontra-se na Rodovia Anchieta, na altura quilômetro 29, próximo ao trecho da interligação a Rodovia Caminho do Mar (figura 1) e leva ao bairro central, Rio Grande.

Figura 1: Localização do distrito do Riacho Grande



(Adaptado de: PMSBC, 2008).

A divisão territorial do Riacho Grande, como distrito de São Bernardo do Campo, aconteceu nos anos 1960. Sendo que a partir da década de 1980, passou a ser subdividido em duas áreas: urbana e rural. O bairro central, Rio Grande, localiza-se a 10 quilômetros do centro de São Bernardo do Campo. Riacho Grande agrega grande parte da extensão territorial do município com 223,58 Km², ou seja 54,7% (tabela 1). Possui 29.302 habitantes e 10.372 domicílios (IBGE, 2010) distribuídos em 12 bairros, sendo 10 deles rurais, e em 60 pequenas vilas (PMSBC, 2013).

Tabela 1: Divisão territorial do Riacho Grande

Extensão Territorial do Riacho Grande 223,58 Km ²	Zona URBANA - 11,04 Km ² 2 bairros - 25 vilas	Zona RURAL - 212,54 km ² 10 bairros - 35 vilas
12 bairros e 60 vilas 10.372 domicílios 29.302 habitantes	<p>1. Rio Grande - 5,42 km²/12 vilas: Vila do Rio Grande, Jardim Dona Luiza, Parque Riacho Grande, Parque Estoril, Parque Yara Praia, Sítio Santa Luiza, Vila Jurubatuba, Jardim Monte Carlo, Parque Rio Grande, Jardim Anchieta, Vila Rocio e Vila Pelé.</p> <p>2. Fincos - 5,62 km²/ 13 vilas: Vila Praia Grande, Jardim do Lago Azul, Jardim Boa Vista, Jardim Ubá, Recreio Rancho Alegre, Jardim Icarai, Jardim Brooklin, Rio Grande, Jardim Tupã, Sítio dos Finco, Assoc. Com. Sonho Real, Assoc. Com. Vila Olaria e Assoc. Com. Vila Praia Grande II.</p>	<p>1. Alto da Serra - 25,82 km²</p> <p>2. Capivari - 27,44 km²/ 9 vilas: Jardim Rio Grande, Jardim Capivari, Parque São Bernardo, Chácaras Capivari, Jardim Chácaras, Santa Filomena, Parque Turmalina, Sítio dos Pires e Aldeia dos Imigrantes.</p> <p>3. Curucutu - 24,55 km²/ 7 vilas: Jardim São Luiz, Recreio Imigrantes, Chácaras São Bernardo, Jardim Amazonas, Sítio Curucutu, Billing's Park e Recanto das Tartarugas.</p> <p>4. Imigrantes - 66,69 km²/ 1 vila: Quinta dos Imigrantes.</p> <p>5. Rio Pequeno - 17,77 km²/ 1 vila: Summit Canal.</p> <p>6. Santa Cruz - 0, 22 km²/ 1 vila: Cidade Procap.</p> <p>7. Taquacetuba -7,17 km²</p> <p>8. Tatetos - 13,14 km²/ 4 vilas: Jardim Miramar, Parque Quarto Centenário, Jardim São Miguel e Sítio Rio Acima.</p> <p>9. Varginha - 14,21 km²/ 9 vilas: Jardim Tabajara, Parque Boa Esperança, Colônia dos Pescadores, Jardim Borda do Campo, Parque dos Lírios, Capelinha, Jardim São Lucas, Jardim Cocaia e Sítio das Caveiras.</p> <p>10. Zanzalá - 15,53 km²/ 3 vilas: Jardim da Colina, Recanto Billing's e Parque dos Lagos.</p>

(Fonte: PMSBC, 2013).

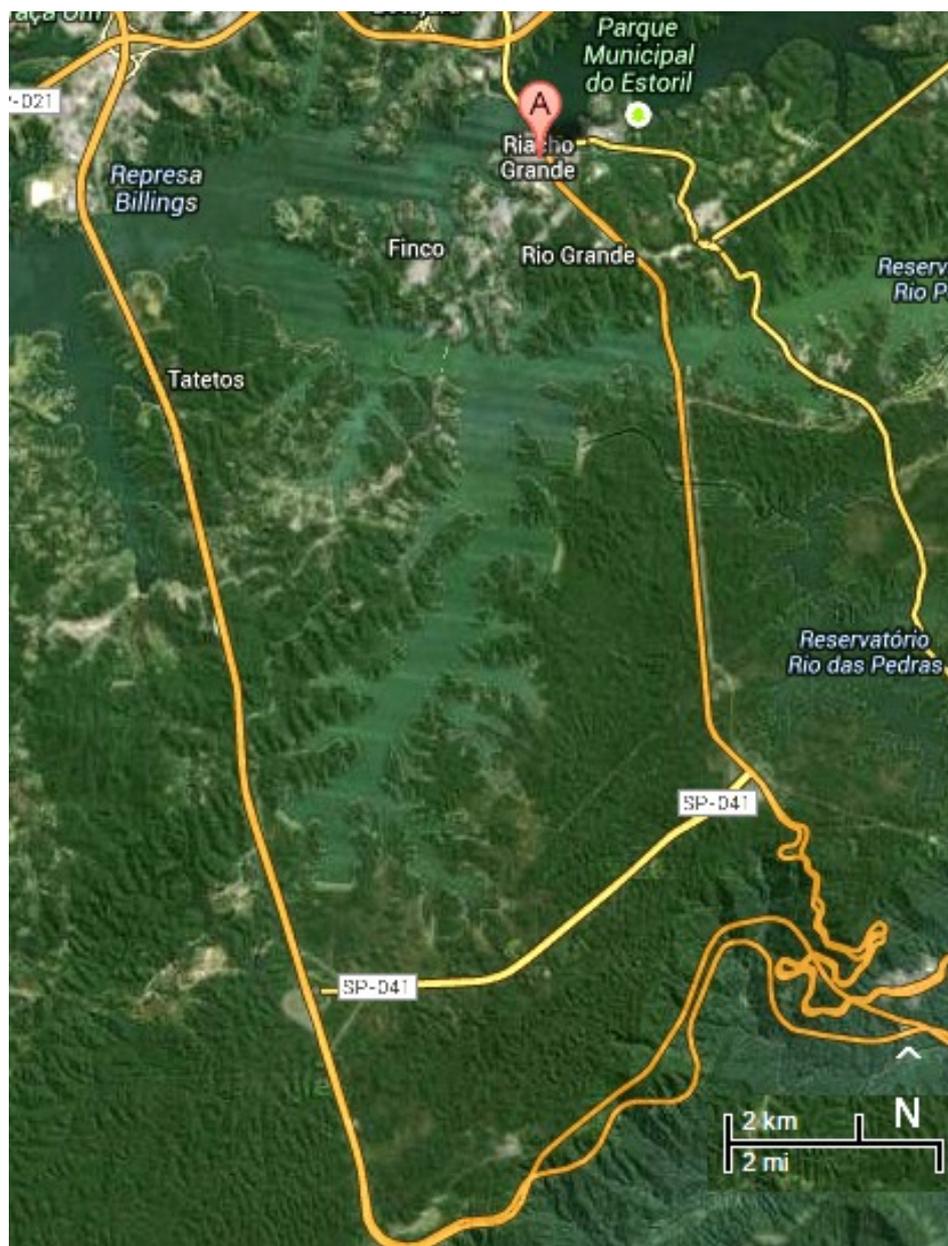
A Zona Rural concentra a maior parte da extensão territorial do subdistrito (212,54 km²), em 10 bairros e 35 vilas, situando-se ao sul do município de São Bernardo do Campo. A área faz divisa com os municípios de São Vicente e Cubatão (ao sul), Santo André (a leste) e São Paulo (a oeste). Foi inicialmente ocupada por propriedades rurais de migrantes italianos, devido a fertilidade das terras localizadas às margens dos cursos d'água. A região de alto relevo proporcionou condições favoráveis para caça, extração de carvão e caulim. Atualmente possui problemas estruturais de mobilidade (devido a sua distância da área urbana do distrito), infraestrutura e acesso a serviços básicos. Concentra um grande número de ocupações irregulares e moradias precárias, além de clubes de campo, pesqueiros esportivos e chácaras particulares que realizam alugueis para festas - a maioria sem alvará de funcionamento. Abriga patrimônios culturais e históricos importantes que encontram-se subutilizados ou em situação de má conservação, como: a Estrada Caminho do Mar, o Pouso de Paranapiacaba, a Casa de Pedra e a Calçada do Lorena, a primeira estrada calçada da América do Sul. Com 2 bairros e 25 vilas, em uma extensão de 11,04 km², a Zona Urbana do Riacho Grande conta com estabelecimentos de atividades comerciais (pequenas lojas, restaurantes, salões de cabeleireiros, supermercados, postos de gasolina) e aparelhos de serviços públicos (unidades básicas de saúde, escolas de ensino fundamental e médio, postos policial, a sede da subprefeitura), além de ser um referencial turístico por conta da Prainha, “praia de água doce” localizada às margens da represa Billings e da Rodovia Anchieta.

O único terminal rodoviário do Riacho Grande, foi desativado em abril de 2011 e atualmente passa por obras. O subdistrito possui 2 balsas: 1) Balsa João Basso, que atualmente opera na sua capacidade-limite. Localizada na Estrada do Rio Acima, percorre 500 metros interligando o bairro dos Finco com a Zona Rural; 2) Balsa Taquacetuba que interliga a Zona Rural com o município de São Paulo, em um percurso de 1 quilômetro. Na região do entorno das balsas transitam grandes caminhões, que muitas vezes procuram fugir do pagamento e das pesagens dos pedágios da rodovias Anchieta e Imigrantes. Durante os finais de semana e feriados, Riacho Grande recebe turistas “de um dia” da região metropolitana de São Paulo. No geral, são pessoas que trazem seus próprios alimentos e passam o dia ao redor do manancial, jogam inadequadamente resíduos nos espaços público e não geram renda para os moradores locais. Recentemente foi iniciado um programa de recuperação da orla da Prainha, o *deck* já passou por reformas e foi proibido o tráfego e a entrada de veículos nas margens da represa. Não existem registros de planejamento urbano para os bairros do Riacho Grande, uma vez que a região cresceu desordenadamente, com a divisão de subdivisão de lotes realizadas por antigos proprietários de grandes chácaras e sítios. Na Zona Urbana não existem propostas de integração e manejo de sistemas agroflorestais ou de redes ou cooperativas de distribuição para pequenos produtores.

Biodiversidade e a Área de Manancial

Riacho Grande encontra-se em uma área de alta diversidade biológica, na Mata Atlântica, caracterizando-se por duas regiões distintas (figura 2): uma próxima à Serra do Mar com alta densidade de mata original, na Área Rural. E a outra predominante nas vertentes da Bacia do Sistema Billings, composta de vegetação de capoeiras baixas e ralas com média densidade, nas áreas Urbana e Rural (PMSBC, 2008).

Figura 2: Vista de satélite da vegetação do Riacho Grande na zonas Urbana e Rural

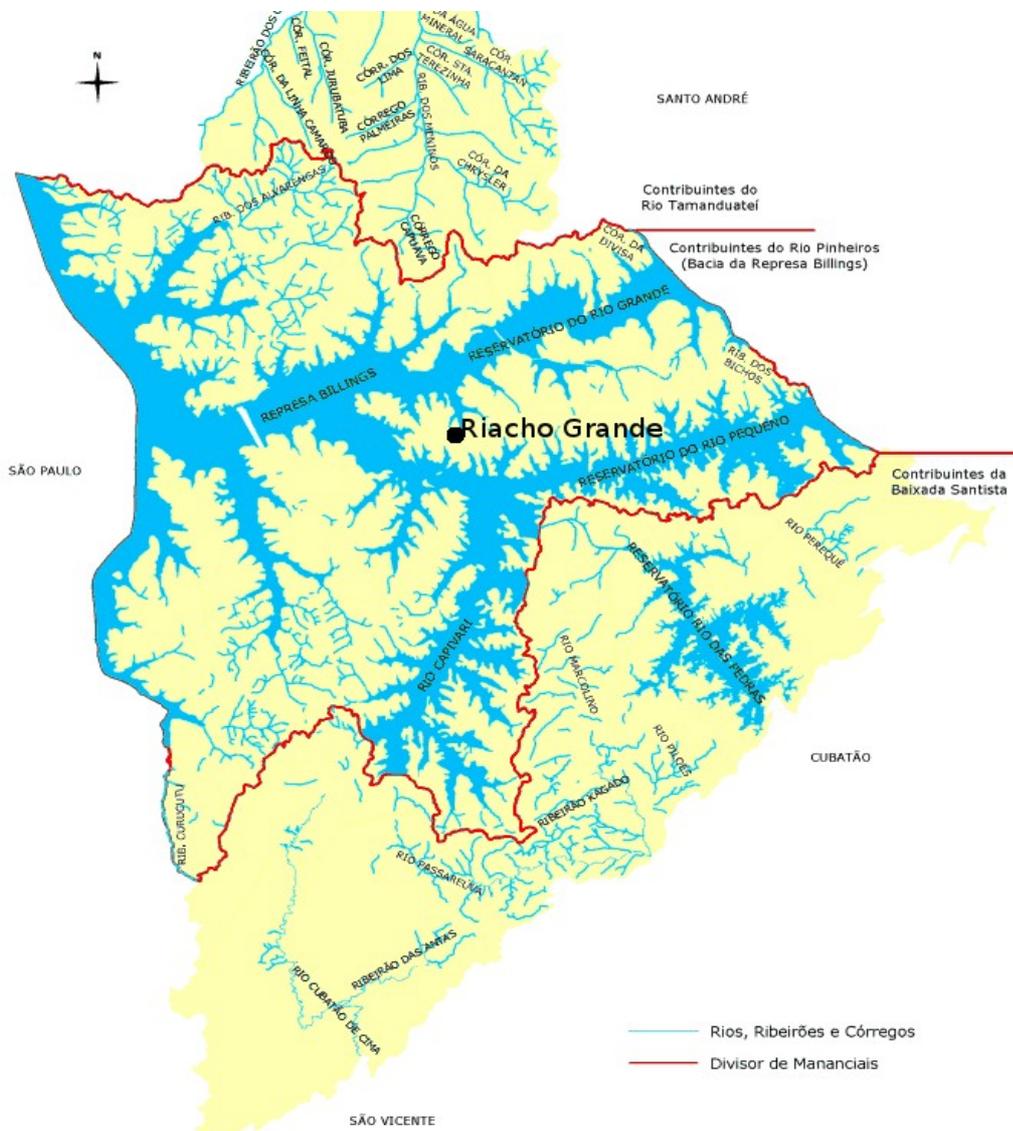


(Adaptado de: GoogleMaps, 2013).

O distrito situa-se na porção sul da Bacia Sedimentar de São Paulo, no Planalto Paulista. Constitui-se de planalto de relevo suavizado, com morros que se direcionam para o rio Tamanduateí, afluente do rio Tietê (PMSBC, 2008). De acordo com a classificação de Köppen para o Estado de São Paulo, o clima do Riacho Grande é caracterizado como Tropical de Altitude (Cwa), e conta com chuvas no verão e seca no inverno, sendo a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C (CEPAGRI, 2013).

Os cursos d'água do subdistrito pertencem a duas bacias hidrográficas, à do rio Tietê com rios contribuintes da bacia do rio Pinheiros, e à bacia composta por rios contribuintes da Baixada Santista que nascem em cabeceiras da Serra do Mar e descem em direção do oceano (figura 3).

Figura 3: Hidrografia do Riacho Grande



(Adaptado de: PMSBC, 2008).

Grande parte do território do Riacho Grande é coberto pela represa Billings, maior espelho d'água da América do Latina (PMSBC, 2013). Por conta de sua localização em área de manancial¹, o distrito do Riacho Grande é protegido por lei devido a sua importância socioecológica. A região do entorno da Billings é considerada como Área de Preservação Permanente - APP. Uma APP é uma área urbana ou rural onde a vegetação nativa deve ser mantida ou recuperada para preservar rios, nascentes e lagos (Lima, 2008). A idealização da Billings aconteceu na primeira metade do século XX, como parte de um grande projeto de geração de energia para Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) envolvendo a usina *Henry Borden*. Nas décadas seguintes, as águas da Billings passaram a ser utilizadas para o abastecimento público de cidades do ABC, e também de algumas localidades da cidade de São Paulo.

O crescimento urbano, populacional e industrial sem planejamento, iniciado na década de 1980, gerou (e tem gerado) crescentes impactos no ecossistema que envolve a represa, como a queda visível do seu nível ao longo dos anos. Além disso, em muitos trechos, a Billings recebe esgotos advindos de moradias irregulares e até mesmo efluentes industriais clandestinos contendo metais pesados e outras substâncias perigosas. Atualmente, apenas os braços Taquecetuba e Riacho Grande são utilizados para abastecimento de água potável (Governo do Estado de São Paulo, 2011). Segundo Maricato (2000), a ocupação de APP's por moradias precárias é comum na cidade de São Paulo. Embora "protegidas" por legislação estadual, municipal e federal, as áreas de manancial são as que apresentaram os maiores índices de ocupação desde 1980.

Riacho Grande possui um parque municipal, o Parque Municipal do Estoril, localizado na vila Parque Estoril, bairro central de Rio Grande. Idealizado na década de 1950 durante a gestão do prefeito Lauro Gomes, foi originalmente concebido em uma área de 60 mil m², na época concedida pela *Light Company*, e inaugurado no ano de 1955. Em 1985 o Parque Municipal do Estoril passou a sediar o Zoológico de São Bernardo do Campo. Hoje o zoológico mantém 250 animais, de 70 espécies distintas, algumas ameaçadas de extinção, como: a jaguatirica, o cachorro-vinagre, a arara azul e o tamanduá-mirim (PMSBC, 2013).

Atualmente as instalações do Parque Municipal do Estoril agregam 375 mil m², destes mais de 90% são compostos por vegetação de Mata Atlântica ainda preservadas. A infra-estrutura do parque conta com sanitários e vestiários, sede administrativa, quiosques, pequenas ruas, parquinho para crianças, um teleférico e a capela de São Bartolomeu. Os munícipes de São Bernardo do Campo têm direito a uma carteirinha que possibilita a entrada gratuita ao Estoril, sendo que a entrada regular custa R\$ 1,00 (PMSBC, 2013).

¹ Manancial: extensão de água superficial ou subterrânea, utilizada para abastecimento humano, industrial, animal ou irrigação (Campanili, 2008).

Desafios e Conflitos: Planejamento Urbano e Manejo Ecológico

Para compensar os impactos causados pela construção do trecho Sul do Rodoanel, os Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) propuseram a criação da primeira Unidade de Conservação (UC) do município de São Bernardo do Campo, o Parque Natural do Riacho Grande (Furlan, 2010). Trata-se de uma UC de Proteção Integral, categorizada como Parque, objetiva: “perservar seu ecossistema natural de relevância ecológica e beleza cênica, permitindo pesquisas científicas e atividades e recreação, educação ambiental e ecoturismo (Campanili, 2008).

A proposição do Parque não levou em consideração as populações humanas existentes, alocadas em moradias irregulares, na área de 222 hectares doada pela Desenvolvimento de Rodoviário S.A – DERSA em um convênio de R\$ 23 milhões para a área (Mayara, 2012). Os habitantes do Riacho Grande possuem um grande distanciamento, não apenas físico, em relação ao pertencimento e ao acesso a serviços e infra-estrutura do município de São Bernardo do Campo. A falta de linhas de transportes eficazes, e mesmo de uma rodoviária aumenta o isolamento das pessoas. Além disso, falta fiscalização para a comercialização de pequenos lotes que são subdivididos para edificações de moradias precárias, para o uso irregular de chácaras como pesqueiros, grandes buffets de festas e até clínicas para recuperação de dependentes químicos, para o uso de terrenos como ferros-velhos, entre outros. Nas áreas do chamado pós-balsa a situação é mais delicada. A via principal de acesso após a Balsa João Basso recebeu asfaltamento apenas recentemente.

Os bairros da Zona Urbana e Rural do Riacho Grande necessitam de um planejamento que considere a importância da biodiversidade da região e do ecossistema como um todo. Para isso, faz-se necessário que a Prefeitura de São Bernardo do Campo adote medidas e propostas que agreguem elementos urbanos ecológicos, não como duas racionalidades distintas mas como elementos complementares e interligados (Costa, 2008).

Mensvoort & Grievink (2011) explicitam como ao longo dos anos, populações humanas em interação com o meio ambiente e com outros seres vivos, conceberam uma nova realidade subjetiva repleta de impactos e mudanças que não podem ser ignoradas, subestimadas, ou ainda mesmo classificadas numa dialética de "bom" ou "mau". O modo com que as populações humanas compreendem o seu ambiente e estabelecem ligações entre os elementos biológicos, culturais e econômicos, tem sido objeto de estudo em áreas contidas na ecologia humana (Begossi *et al.*, 2004), como a etnoecologia e a etnobiologia. A etnoecologia e a etnobiologia são influenciadas por

diferentes áreas de conhecimento, como a geografia, a biologia, a antropologia e a sociologia (Toledo, 1992). Sendo que ambas procuram compreender a interação e a percepção socioambiental de populações humanas, por meio de detalhadas observações envolvendo a biodiversidade e a cultura local (Kimmerer, 2002). Deste modo, assim como os sistemas ecológicos naturais que possuem elos de equilíbrio que garantem a sua manutenção, o distrito do Riacho Grande agrega elementos complexos que envolvem pessoas (moradores regulares e irregulares, gestores públicos, investidores), biodiversidade e aspectos urbanísticos. Um modelo, que atualmente, encontra-se baseado em um padrão de desenvolvimento que tende a entrar em declínio por ser insustentável, trazendo consequências como a diminuição e a deterioração de recursos fundamentais, como a água potável e a biodiversidade (Odum & Odum, 2001).

A manutenção e a reprodução de populações humanas possuem ligação direta com a percepção socioecológica de seus indivíduos (Toledo & Barrera-Bassols, 2009). Uma vez que a sistematização e a aplicação das informações absorvidas em um determinado contexto podem influenciar o comportamento de indivíduos em relação ao meio ambiente (Adams, 2000), seja por meio de experiências pessoais ou experiências vivenciadas por gerações anteriores (Begossi, 1993). Estas podem envolver fatos históricos, contextos políticos (Toledo, 1992), assim como o uso e o desenvolvimento de tecnologias.

A Revolução Industrial consistiu em um conjunto de transformações tecnológicas, difundido por todo o sistema socioeconômico, sem precedentes quando comparado a outros momentos históricos da humanidade. Foi compreendida por duas fases, sendo que a primeira ocorreu no final do século XVIII, com a invenção da máquina a vapor, e a segunda na metade do século XIX, com a invenção da energia elétrica (Castells, 2000). A descontinuidade instaurada pelas duas fases da Revolução Industrial alterou de forma radical a dinâmica de populações humanas em todo mundo e conseqüentemente dos ecossistemas naturais. Durante esse período ocorreu a substituição do processo artesanal pelo "em larga escala", surgiu o conceito do "aumento da produtividade", foram instituídos os grandes centros urbanos, o desenvolvimento dos meios de transporte, e a exploração de recursos em larga escala (Hobsbawm, 1995).

O urbanismo surge a partir do questionamento da cidade industrial e da própria sociedade capitalista moderna e ganha destaque no século XIX. A industrialização provocou distúrbios sociais e urbanos, e assim foi imposta uma nova ordenação espacial. Na década de 1930 o urbanismo brasileiro se volta para a cidade industrial, incorporando os conceitos de racionalidade, hierarquização de espaços habitacionais, cinturões verdes de proteção ambiental, e zoneamento específico. Alguns anos mais tarde, Brasília surge como a representação de uma proposta de

modernização e desenvolvimento para as cidades brasileiras, que enfatiza a necessidade de construção de rodovias de interligação e automóveis como forma de deslocamento (Monte-Mór, 2008). A população do Riacho Grande herdou uma percepção socioecológica baseada na industrialização e na proposta de modernização viabilizada pela “cultura do motor”. Ou seja o emprego, as melhores infra-estruturas proporcionadas pelo setor automobilístico e construção de rodovias. Um contexto relacionado ao consumo de matérias-primas, poluição e descarte em larga escala. Elementos sustentáveis e projetos de bioconstrução (como, por exemplo, cimentos de baixo impacto ambiental, asfalto ecológico, iluminação inteligente, sistema de coleta e utilização de água de chuvas, sistema de coleta seletiva e processamento de materiais recicláveis, coleta seletiva especializada de lixo eletrônico, frotas de veículos elétricos ou a gás) são inexistentes na localidade.

Para harmonizar o crescimento econômico com a promoção da equidade social da população do Riacho Grande é necessário levar em consideração a preservação do patrimônio natural da região, considerando novas propostas e arranjos colaborativos que valorizem o conhecimento ecológico local e as necessidades das pessoas que lá habitam. Propostas que invistam em pesquisa e aplicação prática de tecnologias, capazes de romper com o modelo de desenvolvimento predatório e excludente baseado na industrialização. E, assim, garantir que as necessidades das atuais gerações atendidas com os recursos socioecológicos do Riacho Grande possam ser supridas sem comprometer as gerações futuras.

Referências Bibliográficas

Adams, C. 2000. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e Gestão ambiental**. Annablume/FAPESP: São Paulo, 337p.

Begossi, A. 1993. **Ecologia humana: um enfoque as relações homem-ambiente**. Interciência, 18(3): 121-132.

Begossi, A. 2004. Introdução: Ecologia Humana. IN: Begossi, A. (org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupuarb/USP: Fapesp, p 13-36.

Campanili, M. (ed). 2008. **Almanaque Brasil SocioAmbiental**. Instituto SocioAmbiental: São Paulo, 551 p.

Castells, M. 2000. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 698p.

CEPAGRI. Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura. 2013. **Clima dos Municípios Paulistas**. UNICAMP: Campinas. Disponível em <<http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>>. Acessado em 7 de setembro de 2013.

Costa, L. M. S. A. 2006. Rios Urbanos e o Desenho da Paisagem. IN: Costa, L. M. S. A. (org). **Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: PROURB, p. 9-15.

Costa, H. S. M. 2008. A trajetória temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. IN: Costa, G.M. & Mendonça, J. G. **Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços, e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, p. 80-93.

Ferreira, A. B. H. 2009. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4 Edição. Editora Positivo: Curitiba. 2120 p.

Furlan, S. A. (coord). 2010. **Planos de Manejo – Parques Naturais Municipais de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Itapeverica da Serra e Embú – RodoAnel Trecho Sul. 3º Relatório Técnico**. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia: São Paulo, 38p.

Governo do Estado de São Paulo, 2011. Anexo V: Análise Ambiental das Ações da PMSBC no Programa Mananciais. **Programa Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Relatório de Avaliação Ambiental**. Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, 95p.

Hobsbawm, E. 1995. **A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 598p.

Holling, C. S. 1998. Two cultures of ecology. **Conservation Ecology**, 2: 2-4. Disponível em <<http://www.consecol.org/vol2/iss2/art4>>. Acessado em 18 de agosto de 2013.

- IBGE. 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 07 de setembro de 2013.
- Kimmerer, R.W. 2002. **Weaving traditional ecological knowledge into biological education: a call to action**. Bioscience 52(5): 432-438.
- Lima, A. 2008. Política Florestal. IN: Campanili, M. (ed). **Almanaque Brasil SocioAmbiental**. Instituto SocioAmbiental: São Paulo, p. 274-275.
- Maricato, E. 2000. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. IN: Arantes, O. *et al.* **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Editora Vozes: Petrópolis: Rio de Janeiro, p.121-192.
- Mayara, C. 2012. S. Bernardo terá a primeira Unidade de Conservação. **Jornal ABCD Maior**. Disponível em <http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=41054>. Acessado em 7 de setembro de 2013.
- Mensvoort, Koert van; Grievink, Hendrik-Jan. 2011. **Next Nature: Nature Changes Along with Us**. Barcelona: Actar, p 472.
- Monastiky, L. B.; de Albuquerque, E. S.; Bauchowitz, L.; de Lima, J. 2009. A “Escala Esquecida”: Modernização e Políticas Públicas nos Distritos Municipais. Dossiê: Relações Campo-Cidade. **Temas & Matizes**, 16: 8-23.
- Monte-Mór, R.L.M. 2008. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. IN: Costa, G.M.; Mendonça, J.G.(org). **Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p. 31-65.
- Odum, H.T.; Odum E.C. 2001. **The Prosperous Way Down**. University Press of Colorado, 375 p.
- Open Street Map. **OpenStreetMap: O Wiki de Mapas Livres**. Disponível em <<http://www.openstreetmap.org>>. Acessado em 1 de setembro de 2013.
- PMSBC. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. 2008. **Compêndio Estatístico 2008**. Disponível em <<http://www.saobernardo.sp.gov.br>>. Acessado em 30 de agosto de 2013.
- PMSBC. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. 2013. **Website da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo**. Disponível em <<http://www.saobernardo.sp.gov.br>>. Acessado em 28 de agosto de 2013.
- Rolnik, R.; Somekh, N. 2002. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. **Cadernos Metrôpole**, 8: 105-117.
- Toledo, V. M. 1992. **What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline**. Etnoecológica, 1: 5-21.
- Toledo, V. M.; Barrera-Bassols, N. 2009. **A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 20: 31-45.